

A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO NA PERSPECTIVA DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL. Daize Fraziele Francisco. Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG),

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),

daize.francisco@sou.unifal-mg.edu.br

Eixo Temático: Teoria Histórico-Cultural e Educação

HERITAGE EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF CULTURAL-HISTORICAL THEORY

Resumo: A presente pesquisa analisa a inserção da Educação para o Patrimônio no ensino de Geografia, problematizando inicialmente a sua ausência ou abordagem limitada nos documentos normativos, especialmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Embora o patrimônio cultural seja fundamental para a compreensão de conceitos como espaço, território, identidade e lugar, sua abordagem frequentemente privilegia manifestações culturais legitimadas pelo Estado, em detrimento das heranças culturais vinculadas à classe popular. A pesquisa em andamento tem como objetivo analisar as possibilidades pedagógicas que integrem a educação para o patrimônio ao ensino de Geografia, com ênfase nos patrimônios culturais imateriais produzidos pelas classes populares. Teoricamente, nos propomos a analisar as contribuições da perspectiva histórico-cultural para os estudos no campo do patrimônio, considerando sobremaneira o debate teórico que envolve as relações entre sentido e significado, bem como as possibilidades de abordagem da cultura popular e cotidiana, em diálogo com a cultura escolar, para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores. A pesquisa defende que a valorização das múltiplas manifestações culturais presentes nos territórios contribui para o fortalecimento do pertencimento, do respeito à diversidade e da compreensão do espaço geográfico por parte dos estudantes e docentes.

Palavras-chave: educação 1; educação para o patrimônio 2; geografia 3.

Abstract: This study examines the integration of Heritage Education into Geography teaching, initially addressing its absence or limited treatment in normative documents, particularly the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC). Although cultural heritage is essential for understanding concepts such as space, territory, identity, and place, its treatment often privileges cultural expressions legitimized by the State, to the detriment of the cultural heritage associated with the working class. The ongoing research aims to analyze pedagogical possibilities for integrating Heritage Education into Geography teaching, with an emphasis on the intangible cultural heritage produced by popular social groups. From a theoretical perspective, the study examines the contributions of Cultural-Historical Theory to heritage studies, particularly the debate surrounding the relationship between meaning and sense, as well as the possibilities of connecting popular and everyday culture with school culture to foster the development of higher psychological functions. The research argues that valuing the diverse cultural expressions present in different territories strengthens the sense of belonging, respect for diversity, and the critical understanding of geographical space among students and teachers.

Keywords: education; heritage education; geography.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o patrimônio sempre esteve profundamente vinculado à propriedade privada, associando-se à ideia de bens materiais e enfatizando seu valor econômico e financeiro. A partir da Revolução Francesa, em 1789, o conceito de patrimônio expandiu-se do âmbito privado e dos bens de uma pessoa ou família para abranger também os bens de um conjunto de cidadãos, adquirindo um significado cultural e social (Liberalesso, 2013).

Atualmente, em território brasileiro, o patrimônio não se refere apenas às construções nobres, como no passado, mas também abrange o amplo sentido da coletividade e suas representações históricas. Segundo o Art. 216 da Constituição Federal de 1988:

Constitui Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, como as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. **Mas considera-se também, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas** (Brasil, 1988).

Trabalhar o patrimônio no ensino implica desenvolver processos educativos que ampliem as possibilidades de compreensão da diversidade social e cultural, superando abordagens restritas aos conteúdos tradicionalmente legitimados pelos documentos curriculares.

Pensando no ensino de Geografia, a Educação para o Patrimônio constitui uma importante possibilidade pedagógica, pois permite compreender o patrimônio cultural como expressão da produção do espaço geográfico. Os bens patrimoniais, especialmente os de natureza imaterial, não são elementos isolados: eles expressam práticas sociais, memórias, identidades e relações históricas que contribuem para a produção e a transformação do espaço. Assim, estudar o patrimônio possibilita a compreensão do espaço geográfico como uma construção social, histórica e cultural, e não apenas como um conjunto de elementos físicos.

Embora o patrimônio cultural apresente potencial para contribuir com a compreensão do espaço geográfico, sua abordagem no ensino de Geografia ainda é, frequentemente, limitada a práticas descritivas e comemorativas, privilegiando a transmissão de informações em detrimento da compreensão de seus significados históricos, sociais e culturais. Diante dessa realidade, torna-se relevante refletir sobre outras possibilidades de abordagem para a Educação para o Patrimônio no contexto escolar.

Nessa direção, a perspectiva histórico-cultural oferece elementos para compreender como os significados socialmente produzidos podem ser apropriados pelos estudantes e ressignificados a partir de suas experiências no contexto escolar.

2. EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO

A Educação para o Patrimônio é uma ferramenta que pode ser trabalhada por meio de várias metodologias, centradas no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999). Por muito tempo, as ações educativas desenvolvidas nessa área tiveram como orientação o Guia Básico da Educação Patrimonial (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999). Esse documento foi fundamental para sistematizar questões que estavam dispersas e consolidar o campo da educação mediada pelo patrimônio cultural.

O Guia é um marco pragmático para o campo da educação mediada pelo patrimônio cultural no Brasil. Publicado em 1999 pelo IPHAN em parceria com o Museu Imperial, ele consolida a introdução no Brasil do trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob designação de Heritage Education (Demarchi, 2018, p.143).

Até os dias de hoje, ao buscar por educação patrimonial na internet, um dos primeiros conteúdos sugeridos, se não o primeiro, é o Guia Básico de Educação Patrimonial. Mesmo com as transformações político-ideológicas ocorridas do final da década de 1990 até 2010, a obra permaneceu como referência, seja por sua chancela estatal, que lhe confere credibilidade, por sua acessibilidade ou pela ausência de outras publicações consolidadas que ofereçam caminhos sobre como atuar nessa área (Demarchi, 2018).

O Guia Básico de Educação Patrimonial estabeleceu uma metodologia específica para a Educação Patrimonial, estruturada em quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação, propondo um percurso metodológico previamente definido. Considerando essa delimitação, opta-se, nesta pesquisa, pela adoção da expressão Educação para o Patrimônio, por compreender que ela abrange um conjunto mais amplo de ações educativas voltadas ao patrimônio cultural, sem se restringir a uma única metodologia. Assim, busca-se superar os limites da proposta apresentada pelo Guia, favorecendo a construção de novas abordagens e processos educativos que ampliem as possibilidades de trabalho com o patrimônio.

O sucesso pedagógico do material supracitado está no conhecimento, por parte da população, da importância coletiva de preservar os bens históricos e artísticos escolhidos pelo Estado (Fernando Siviero, 2015). Isso implica na própria concepção de patrimônio, que deixa de

ser algo reconhecido e pertencente à comunidade para exaltar apenas o que o Estado compreende como patrimônio, limitado aos bens tombados, inventariados ou registrados por ele.

Diante dessas limitações, torna-se necessário compreender a Educação para o Patrimônio para além de práticas centradas na transmissão de conhecimentos sobre bens previamente legitimados pelo Estado. É preciso concebê-la como um processo educativo capaz de promover a apropriação crítica da cultura, das memórias e das experiências historicamente produzidas pelos diferentes grupos sociais, possibilitando que os sujeitos reconheçam o patrimônio como parte constitutiva de suas identidades e de suas relações com o espaço geográfico.

Nessa perspectiva, a aprendizagem deixa de ser entendida como mera assimilação de informações e passa a ser compreendida como um processo de construção social mediado pelas interações humanas e pelos elementos culturais. É nesse horizonte que a Teoria Histórico-Cultural oferece importantes contribuições para esta pesquisa, ao compreender que o desenvolvimento humano ocorre por meio da apropriação da cultura produzida historicamente, constituindo um referencial teórico capaz de fundamentar uma Educação para o Patrimônio comprometida com a formação humanizadora e com a valorização das múltiplas manifestações culturais presentes na sociedade.

3. EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO E A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Teoricamente, nos propomos a analisar as contribuições da perspectiva histórico-cultural para os estudos no campo do patrimônio, considerando, sobretudo, o debate teórico que envolve as relações entre sentido e significado, bem como as possibilidades de abordagem da cultura popular e cotidiana, em diálogo com a cultura escolar, para o desenvolvimento de uma formação humanizadora. A pesquisa defende que a valorização das múltiplas manifestações culturais presentes nos territórios contribui para o fortalecimento do pertencimento, do respeito à diversidade e da compreensão do espaço geográfico por parte dos estudantes e docentes.

Essa perspectiva parte do entendimento de que o desenvolvimento humano ocorre por meio da apropriação da cultura historicamente produzida pela humanidade. Na Teoria Histórico-Cultural, compreende-se que o ser humano não nasce plenamente humanizado; sua humanização é construída nas relações sociais, à medida que se apropria desse patrimônio cultural (Miller, 2010). Nesse processo, a linguagem, enquanto produção histórico-cultural da humanidade, desenvolve-se por meio das interações estabelecidas com sujeitos mais experientes

(Miller, 2010). É por intermédio da linguagem que os indivíduos se apropriam da cultura historicamente produzida, desenvolvem o pensamento e constroem os significados socialmente compartilhados e os sentidos pessoais atribuídos às suas experiências.

Como exemplo, o próprio conceito de patrimônio foi se modificando no percorrer da história da humanidade, deixando de ser apenas as construções nobres, como no passado, mas também abrange o amplo sentido da coletividade e suas representações históricas. Portanto o seu significado foi ampliado e reconstruído. Para Miller (2010):

Quando interagimos com o outro, lidamos com os significados (conceitos) dados social e historicamente que já encontramos em nosso meio quando nascemos; deles vamos nos apropriando ao longo de nossa existência, ou seja, vamos nos apropriando dos conteúdos culturais que são fundamentais para o nosso desenvolvimento como seres humanos.

Diferentemente dos sentidos, os significados independem das vivências sociais do sujeito; ele vive sob formas estabelecidas socialmente e que permanecem disponíveis ao usuário para que delas se utilizem nos diferentes contextos comunicacionais pelos quais transita (Miller, 2010). Já o sentido, é indissociável da experiência. É um conjunto de emoções, motivos, necessidades, vivências que um conceito, uma palavra ou situação desperta em um sujeito. É uma construção individual.

O sentido se constitui quando os significados são adaptados ao contexto de interação verbal de que participam os interlocutores sob determinadas condições restritoras dessa interação. E, nos processos interativos, os interlocutores não são como máquinas pensantes que detêm um determinado domínio linguístico que os habita a manter ativo um processo de interação verbal; são seres que participam desse processo como uma totalidade biopsicossocial, e portanto, também com sua afetividade, com seus modos de pensar, de sentir e de agir já constituídos histórica e culturalmente. (Miller, 2010)

Nessa perspectiva, o patrimônio cultural, especialmente o de natureza imaterial, constitui uma produção histórica e social que reúne significados construídos coletivamente pelos diferentes grupos ao longo do tempo. Entretanto, a apropriação desses significados pelos estudantes não ocorre de forma automática. Quando o patrimônio é abordado apenas como um conteúdo a ser transmitido, seus significados podem permanecer restritos ao plano conceitual, sem estabelecer relações com as vivências dos sujeitos (não se constrói sentido).

A Educação para o Patrimônio, fundamentada na Teoria Histórico-Cultural, busca promover a mediação entre os significados culturais historicamente produzidos e os sentidos construídos pelos estudantes, articulando as manifestações culturais às suas experiências, memórias, identidades e relações com o território. Nesse processo, os conhecimentos culturais passam a ser apropriados pelos sujeitos, adquirindo sentidos relacionados às suas vivências e

favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento. Desse modo, o patrimônio deixa de ser compreendido apenas como objeto de conhecimento e passa a constituir um elemento mediador do desenvolvimento humano e da apropriação crítica da cultura.

A partir dessa compreensão, o patrimônio cultural pode constituir-se como uma importante mediação para o ensino de Geografia, pois possibilita a articulação entre os conhecimentos cotidianos dos estudantes e os conhecimentos científicos sistematizados pela disciplina. Os conceitos geográficos constituem instrumentos fundamentais para a compreensão do espaço produzido pelas relações sociais, culturais, econômicas e políticas estabelecidas pelos diferentes grupos humanos ao longo da história. Conceitos como espaço geográfico, lugar, território e paisagem permitem interpretar a realidade para além de sua dimensão aparente, revelando os processos que constituem e transformam os espaços vividos. Dessa forma, o ensino desses conceitos não deve limitar-se à apresentação de definições abstratas, mas possibilitar que os sujeitos relacionem os conhecimentos científicos às suas experiências e práticas sociais, construindo sentidos sobre os territórios dos quais fazem parte.

3. EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO NO CURRÍCULO

Na educação básica, o patrimônio está presente nos documentos curriculares nacionais, embora de maneira desigual entre as etapas e componentes curriculares. Assim, analisam-se brevemente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com enfoque nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. No Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), na primeira parte intitulada Ensino Fundamental – Uma prioridade, destacam um tópico importante:

“Culturas locais e patrimônio universal”. É fundamental que a escola assuma a valorização da cultura de seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, busque ultrapassar seus limites, propiciando às crianças e aos jovens pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade (Brasil, 1998).

Esse tópico evidencia a importância da valorização da diversidade cultural, articulando o patrimônio local ao patrimônio universal. Como afirma Morin (2000), "é a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades", reforçando a necessidade de reconhecer os estudantes como produtores de cultura e participantes de uma sociedade multicultural.

Ao afirmar que cabe à escola 'propiciar' o acesso ao saber, o documento enfatiza a função da escola na socialização dos conhecimentos historicamente produzidos. Entretanto, essa formulação pode secundarizar os saberes e as experiências culturais que os estudantes trazem de seus contextos de vida, os quais constituem um ponto de partida importante para a apropriação dos conhecimentos escolares e para a atribuição de sentidos ao patrimônio cultural.

O documento também estabelece, entre os objetivos do Ensino Fundamental, que o aluno saia capaz de:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (Brasil, 1998).

Complementarmente, ao tratar das especificidades para os então denominados 3º e 4º ciclos (atualmente, anos finais do Ensino Fundamental), o documento estabelecia, como objetivo específico da Geografia, que o conjunto de conhecimentos referentes à disciplina deveria instruir os estudantes a "valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-os como direitos dos povos e indivíduos e elementos de fortalecimento da democracia" (Brasil, 1998, p. 15), destacando o "patrimônio cultural como fator de integração latino-americana" (Brasil, 1998, p. 110).

Quanto ao Ensino Médio, não há nenhuma menção direta ao patrimônio, no entanto, fica evidente a preocupação dos PCNs com a valorização da diversidade sociocultural brasileira e o respeito a essa diversidade. Além disso, o documento também se posiciona contra qualquer forma de discriminação.

Na BNCC (2017), o patrimônio é abordado em diferentes componentes curriculares, como Arte, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, História e Educação Física. Entretanto, no componente Geografia, a temática é mencionada explicitamente apenas em uma habilidade, evidenciando sua presença ainda limitada.

(EF05GE11): Identificar e descrever problemas ambientais que ocorrem no entorno da escola e da residência (lixões, indústrias poluentes, destruição do patrimônio histórico etc.), propondo soluções (inclusive tecnológicas) para esses problemas.”

Contudo, embora o termo “patrimônio” seja pouco empregado no componente curricular da Geografia, é possível identificar o reconhecimento da relevância da temática quando a BNCC (2017) afirma que:

A educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à

medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças (Brasil, 2017, p. 359).

Embora a temática do patrimônio apareça de forma indireta nos referenciais curriculares, defendemos que a Educação para o Patrimônio amplia as possibilidades de compreensão das múltiplas manifestações culturais que produzem e ressignificam o espaço geográfico, contribuindo para fortalecer o sentimento de pertencimento e o respeito à diversidade.

4. CONCLUSÃO

Considerando a escola como espaço de apropriação dos conhecimentos socialmente produzidos, torna-se necessária uma leitura crítica dos documentos curriculares, atentando tanto para os conteúdos que neles estão presentes quanto para aqueles que permanecem pouco explícitos ou ausentes. Como provoca a reflexão de Manoel Fernandes “Se nós não tomamos consciência do que estamos ensinando, não somos nós que ensinamos, mas o livro e o currículo manifesto” (Souza Neto, 2007).

Nesse sentido, a Educação para o Patrimônio busca reconhecer e valorizar os saberes culturais que os estudantes trazem de seus contextos de vida, possibilitando que manifestações do patrimônio cultural imaterial, produzidas majoritariamente pelas classes populares, também sejam reconhecidas como conhecimentos socialmente relevantes e dignos de estudo no contexto escolar.

Como exemplo, a capoeira, reconhecida como patrimônio cultural imaterial brasileiro, ultrapassa a dimensão de uma manifestação corporal ou esportiva. Sua história está vinculada às formas de resistência da população negra, à preservação de saberes, tradições e identidades, constituindo uma importante expressão da cultura brasileira. Ao ser abordada nas aulas de Geografia, a capoeira possibilita discutir temas como território, identidade, cultura, desigualdades sociais e processos históricos de formação do espaço, permitindo que os estudantes compreendam o patrimônio como uma produção coletiva e dinâmica, construída nas relações entre sociedade e espaço.

Nessa perspectiva, o professor desempenha um papel fundamental ao mediar a apropriação dos significados historicamente produzidos sobre o patrimônio cultural, criando condições para que os estudantes atribuam sentidos a essas manifestações a partir de suas vivências e de suas relações com o espaço geográfico. Desse modo, a Educação para o

Patrimônio contribui para uma formação que reconhece a diversidade cultural, fortalece o sentimento de pertencimento e possibilita uma compreensão mais crítica da realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#ficha-tecnica>. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jun. 2026.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 30 jun. 2026.

LIBERALESSO, Cibele Pase. **A educação patrimonial e o ensino de geografia: experiência nas escolas públicas da cidade de Santa Maria-RS**. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9415/LIBERALESSO%2c%20CIBELE%20PASE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun. 2026.

MILLER, Stela. **Significado e sentido: breve reflexão sobre os conceitos e implicações pedagógicas para o ensino**. Marília: Grupo de Pesquisa "Implicações Pedagógicas da Teoria Histórico-Cultural", Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2000. Disponível em: https://cepedgarmorin.com/wp-content/uploads/2022/04/Sete_Saberes_EdgarMorin.pdf. Acesso em: 18 jul. 2026.